

A IDENTIDADE DO LINGÜISTA NA MÍDIA*

Marina Célia MENDONÇA (UNIFRAN / Uni-FACEF)¹

RESUMO: Neste trabalho, analiso um debate, ocorrido na *Folha de S. Paulo* entre o lingüista Carlos A. Faraco e o político Aldo Rebelo, a respeito do uso de estrangeirismos na sociedade brasileira contemporânea. A contribuição que pretendo fazer é refletir sobre a produção da identidade do lingüista na mídia através de debates em que se dão simulacros de seus discursos. A produção da identidade, neste caso, se dá através da representação do sujeito em instâncias de poder. Orientam minha análise tanto os estudos bakhtinianos do discurso quanto a discussão de Maingueneau sobre a produção de simulacros nos discursos em relação polêmica.

ABSTRACT: The central interest is to analyze the collisions between the discourse of linguistics and the discourse of the common sense that took place in the end of the XX century and at the beginning of the XXI century in Brazil. In these collisions, which dealt with the restriction to the use of foreign expressions in the country, there is a construction of simulacres of the involved subjects. I benefited from the bakhtinian studies and from the Maingueneau's considerations about the construction of simulacres in the polemic discourses.

1. Introdução

Neste estudo, apresento análise de um debate ocorrido no caderno *Mais!* do jornal *Folha de S. Paulo* entre o lingüista Carlos A. Faraco e o político Aldo Rebelo. O debate teve início no dia 25 de março de 2001 com a publicação do artigo "Guerras em Torno da Língua", de Faraco. Rebelo respondeu em 15 de abril do mesmo ano, com o texto "A Intriga das Línguas". Ambos voltaram a escrever nos meses subseqüentes. Em 13 de maio, temos o texto de Faraco "O maiúsculo e o minúsculo" e, em 3 de junho, o texto "A neolíngua neoliberal", de Rebelo. Em 01 de julho, o jornal encerra a polêmica com a publicação de um pequeno texto de cada autor – "Nacionalismo requentado" (de Faraco) e "Sobre guerras e línguas" (de Rebelo). Esses seis artigos compõem o *corpus* que será analisado neste texto.

O tema do referido debate foi o Projeto de Lei no. 1676, apresentado pelo então deputado federal Aldo Rebelo ao Congresso Nacional em 1999. Esse PL, que visava legislar sobre o uso de estrangeirismos e sobre outras questões relacionadas à linguagem, fez surgir no cenário social do país uma série de discussões sobre a pertinência ou não de uma lei que legislasse sobre o uso lingüístico. Dos lingüistas vieram as críticas mais contundentes às propostas constantes no PL e, conseqüentemente, as contrapropostas a respeito das políticas e planificações lingüísticas. Essa mobilização dos lingüistas teve visibilidade nas mídias através de artigos, debates, entrevistas e, inclusive, publicação de livros discutindo a questão do uso de estrangeirismos e da identidade nacional e sua relação com a língua. A exemplo desses livros, podem-se citar: Faraco (2002), Rajagopalan (2003), Lopes da Silva e Rajagopalan (2004), Lacoste e Rajagopalan (2005).

A discussão ultrapassou a visibilidade da mídia e atingiu as instituições políticas, como resume bem Garcez (2004, p. 136-137):

(...) não foi por acaso que o Projeto de Lei Aldo Rebelo foi efetivamente discutido, criticado e substituído na Comissão de Educação do Senado Federal (...). Tampouco foi a solidez do nosso conhecimento lingüístico que se impôs aos parlamentares. Foi determinante para o embargo da proposta inicial, isto sim, a gestão política – que, embora de caráter institucional, porque referendada pelas três associações acadêmico-profissionais da área, a saber, ABRALIN, ALAB e ANPOLL, resultou de um processo de engajamento pessoal, de dura aprendizagem e ação custosamente coordenada de um pequeno grupo de lingüistas que tomaram a si a tarefa de levar adiante o compromisso profissional e social da comunidade científica em lingüística de se fazer presente nas questões da vida nacional que

* Este trabalho é uma versão resumida e parcialmente modificada de parte de minha tese de doutoramento, intitulada *A luta pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI*, defendida em fevereiro de 2006 na UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas – SP), sob orientação do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi.

¹ E-mail para contato: m.c.mendonca@uol.com.br

digam respeito à sua especialidade técnica, compromisso assumido pela ABRALIN em 1998 (...).

Neste texto, não pretendo estender-me nas considerações dos lingüistas sobre o projeto de lei em questão, nem tampouco criticar esse projeto, que já foi discutido à exaustão na sociedade brasileira letrada. A contribuição que pretendo trazer com essa pesquisa é a reflexão sobre a produção da identidade do lingüista na mídia. A identidade, neste caso, produz-se pela representação desse sujeito em instâncias de poder como a imprensa de grande circulação nacional. Um estudo mais detalhado de como essa produção de identidade se dá foi realizado por mim em pesquisa de maior fôlego (ver MENDONÇA, 2006); neste texto, apresento um exemplo de como esse processo se dá, qual seja: através da produção de simulacros dos discursos de um lingüista em debate com um político.

2. Simulacro e contrapalavra

Os estudos bakhtinianos do discurso orientam a análise que será feita a seguir. Bakhtin (2000) propõe que a unidade de estudo da linguagem seja o enunciado, o qual comporta um locutor e um ouvinte/leitor, uma situação de locução, valores expressivos, uma resposta a enunciados já-ditos, uma projeção da compreensão responsiva do outro. Para o autor, os conceitos de enunciado e enunciação se completam, porque o primeiro sempre se realiza em relação com o segundo (MENDONÇA, 2006). Ou melhor: o que delimita o enunciado não são suas categorias formais, mas aspectos ligados à enunciação e, portanto, à alteridade, já que, para o autor, todo gênero discursivo tem um “acabamento” que pressupõe a palavra do “interlocutor”, ou seja, do outro. É assim que todo discurso, na dialogia bakhtiniana, “dá a palavra” ao outro, digamos assim. A palavra do outro, por sua vez, é uma *contrapalavra*, ou seja, uma *compreensão responsiva*, segundo proposta conceitual bakhtiniana.

Esses conceitos se confundem nas propostas teóricas do círculo de Bakhtin². Eles se aplicam ao processo de leitura/compreensão do discurso do outro. Para o círculo, o sentido sempre está em movimento e esse movimento se constitui através da compreensão responsiva que um sujeito faz do enunciado do outro. É assim que o discurso é ressignificado continuamente – a situação imediata, o conflito ideológico presente no contexto sócio-histórico, os valores sociais contraditórios (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1988) levam a uma produção sempre renovada do discurso. Veja-se que essa ressignificação contínua se dá no processo dialógico, que, para o círculo, era pensado como sócio-histórico e cultural: não se relaciona com uma espécie de criatividade individual, nem como uma idiossincrasia de determinado leitor/ouvinte. Trata-se, essencialmente, de um processo que envolve sujeitos sociais e em relação necessária com ideologias – lembre-se da metáfora tão citada nos estudos bakhtinianos brasileiros: a palavra é “uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de interação contraditória” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1988, p. 66).

O conceito de contrapalavra tem sido aplicado às reflexões sobre leitura na análise de discurso de linha bakhtiniana realizada por Geraldi (1993, 2003) e é com ele que operarei quando da análise do debate entre o lingüista e o político. Veremos que o lingüista é interpretado pelo político do lugar social do político “nacionalista”³; assim, o lingüista é tido como um cientista descomprometido com a cultura nacional. O cientista da linguagem, por seu turno, interpreta o discurso do político como demagógico e, fundamentalmente, falso – postula que o discurso verdadeiro está na ciência. Considerarei que é dessa maneira que se dá a interpretação nesse debate: um dá ao discurso do outro um sentido produzido a partir do lugar social de onde se lê – o lugar de político “nacionalista” ou o lugar de cientista comprometido com a verdade.

Veremos que, no debate analisado, a ressignificação operada pela contrapalavra se dá em forma de *simulacro*. Maingueneau (2005), em estudo da semântica global do discurso, aponta a produção de simulacros nos discursos em relação polêmica. O autor propõe que se pense os discursos em relação polêmica como uma rede de interincompreensão – pode-se dizer que, para o autor, o “eu” vê o Outro segundo as possibilidades semânticas de sua formação discursiva:

O caráter constitutivo da relação interdiscursiva faz aparecer a interação semântica entre os discursos como um processo de tradução, de *interincompreensão* regrada. Cada um introduz o Outro no seu fechamento, traduzindo seus enunciados nas categorias do Mesmo

² O chamado “círculo de Bakhtin” era composto principalmente pelos intelectuais russos Volochinov, Medvedev e Mikhail Bakhtin, este sendo o autor que mais se destacou do grupo.

³ Tomo aqui nacionalismo no sentido corrente no senso comum, qual seja, o de “preocupar-se com os valores e bens nacionais”.

e, assim, sua relação com esse Outro se dá sempre sob a forma do “simulacro” que dele constrói.

(...) a identidade de um discurso coincide com a rede de interincompreensão na qual ela é capturada. Não existem, de um lado, o sentido e, de outro, certos “mal-entendidos” contingentes na comunicação do sentido, mas, num só movimento, o sentido como mal-entendido. (MAINGUENEAU, 2005, p.22)

Pela opção teórica assumida aqui, não utilizarei o conceito de *interincompreensão* por estar diretamente relacionado ao de *formação discursiva*, que não usarei neste estudo. Considerarei, portanto, a *ressignificação* segundo a proposta bakhtiniana.

3. A representação do lingüista no debate Faraco X Rebelo

Vejamos como se deu o embate entre o político e o lingüista no debate em questão, e como o primeiro representa o segundo. Em artigo que abre a polêmica, Faraco (2001a) reclama da falta de reconhecimento da lingüística na sociedade brasileira e critica o normativismo presente na mídia e a tradição gramatical, por esta ser baseada em saber mítico:

[...] o senso comum recobre a língua com um conjunto de enunciados categóricos (não demonstrados) que constituem um poderoso discurso mítico de ampla circulação social. [...] Em termos de língua, ainda vivemos culturalmente numa fase pré-científica e, portanto, dogmática e obscurantista.

[...] Sem muita exceção, esses conselheiros gramaticais deixam transparecer sua espantosa ignorância da realidade lingüística nacional.

O autor se dirige contra figuras destacadas na mídia que se tornam porta-vozes do senso comum sobre língua. Escreve que as idéias sobre linguagem dessas figuras são “asneiras”, um “rematado absurdo”, um “velho equívoco”:

Tanto figuras destacadas como Jô Soares, Elio Gaspari ou Marilene Felinto quanto a grande massa dos profissionais da área (lembremos que se trata de profissionais de nível universitário) desconhecem os princípios básicos, comezinhos, da abordagem científica das línguas e caem sempre no lamentável equívoco de apenas reiterar preconceitos e mitos [...] Aparentemente uma asneira na boca de um barão douto [Jô Soares] [...]. Uma asneira, porque todas as línguas humanas têm léxico suficientemente rico e em todas elas as palavras sempre têm muitos significados. Contudo, como bem destaca Possenti, antes de uma asneira, é um grosseiro preconceito lingüístico e cultural que, em outras circunstâncias, atingiria, sem maiores cerimônias, alguns modos brasileiros de falar o português, com todas as trágicas consequências disso. [...]

Ora, essa afirmação [de Marilene Felinto] não passa de rematado absurdo, já que nenhuma língua humana existe nessas condições, isto é, sem uma lógica própria e sem regras. [...] No fundo, revela-se aqui o velho equívoco de achar que, se certos modos de falar a língua não manifestam as mesmas regras que estão em rançosos compêndios gramaticais, segue que eles não têm regra ou lógica.

Dirige-se também contra o deputado Aldo Rebelo, afirmando que seu projeto reúne “preconceitos e mitos”, alimenta “equívocos e preconceitos”, é “grotesco”, “oportunista” e “revela um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie”. Assim, o projeto é visto segundo a semântica do OPORTUNISMO, da DESINFORMAÇÃO e do AUTORITARISMO:

A justificativa de seu projeto de lei reúne em apenas três páginas uma das coleções mais impressionantes de alguns dos mais arraigados preconceitos e mitos sobre a questão da língua no Brasil. [...]

O projeto de Aldo Rebelo poderia ser visto apenas pelo seu lado grotesco; ou como um oportunismo devido aos seus evidentes efeitos midiáticos. [...]

A situação, contudo, é mais complexa do que aparenta. Além de se alimentar de equívocos e preconceitos lingüísticos e, pior, de alimentá-los, o projeto revela um indisfarçável desejo de controle social da pior espécie, daquele que, ignorando a heterogeneidade e a dinâmica da vida cultural, quer impor o homogêneo e o único. Todo gesto de legislar sobre a língua tem, aliás, essa triste característica.

O autor defende o direito de os lingüistas dizerem a língua no país, direito que argumenta terem os lingüistas pelo caráter científico de seus estudos e pelos benefícios sociais que poderiam ser atingidos a partir desses estudos. Assim, em nome dos lingüistas (cientistas), reivindica um lugar para eles dizerem a língua no país. O lingüista assume, além do discurso a favor da abordagem científica das línguas (auto-representando-se como CIENTISTA), o discurso da negação do preconceito e das políticas lingüísticas autoritárias, também se auto-representando como DEMOCRÁTICO.

Se pensarmos que a questão da língua no Brasil não é uma questão apenas lingüística, mas, antes de tudo, uma questão política [...] (bastaria lembrar aqui os efeitos deletérios dos preconceitos lingüísticos nas nossas relações sociais; e, em particular, na educação lingüística que oferecemos a nossas crianças e jovens), fica evidente que está mais do que na hora de instaurar, no espaço público, um indispensável embate entre os múltiplos discursos que dizem a língua no Brasil.

Contudo parece que estamos ainda longe de alcançar esse ideal democrático. [...] E isso apesar dos seus expressivos resultados, que incluem, por exemplo, um impressionante acervo de descrições do português que aqui se fala e um quadro relativamente bem delineado da complexa realidade lingüística de um país em que se falam perto de 180 línguas, somando-se ao português as línguas dos outros grupos europeus e asiáticos que participaram da colonização, e, é claro, as línguas indígenas.

Os linguistas brasileiros têm produzido também uma substancial crítica dos dizeres míticos que enredam a questão da língua no Brasil e das suas trágicas consequências: temos mostrado quão esquizofrênica é a sociedade brasileira quanto à questão da língua; temos combatido os arraigados preconceitos lingüísticos que afetam tão insidiosamente as nossas relações sociais; temos denunciado a miséria da educação lingüística que se oferece na escola brasileira.

Há, no artigo do autor, um tom de superioridade do discurso científico sobre os outros discursos que dizem a língua no país, basicamente o discurso presente nas gramáticas tradicionais e no senso comum veiculado na mídia.

Essa ciência, a lingüística, já está solidamente estabelecida nas universidades do mundo todo e vem acumulando um saldo apreciável de observações e análises que corroem até o cerne tanto a reverência quase religiosa às velhas gramáticas quanto o discurso mítico do senso comum.

Rebello (2001a) responde a Faraco não aceitando o argumento de que seu Projeto de Lei apresente “equívocos” (não aceita a representação de sujeito DESINFORMADO). O político usa argumentos históricos, colocando a língua como “ferramenta de conquista”: “A cultura dominante impõe seu vocabulário à cultura dominada”. Utiliza, em sua argumentação, a tese de uma lingüista, valendo-se da autoridade de que seu próprio oponente se vale; representa-se, assim, como ESCLARECIDO.⁴

Auto-representa-se como aquele que quer “valorizar e proteger a língua portuguesa” e “proteger os brasileiros de humilhações”, colocando-se como PROTETOR do português brasileiro e da população menos favorecida economicamente. Dessa maneira, o político faz os seguintes simulacros das representações que lhe faz o lingüista: não é OPORTUNISTA nem AUTORITÁRIO, mas GUARDIÃO DEMOCRÁTICO e NACIONALISTA.

O projeto de lei 1.676/99, de minha autoria, longe da xenofobia de que é acusado ou de rejeitar contribuições de línguas estranhas [...], tão-somente deseja a valorização da nossa. [...]

Nós não queremos impor o português a ninguém, mas apenas preservá-lo para aqueles que o têm como língua materna e na condição de obrigação constitucional.[...]

Acolher sob os mesmos argumentos a substituição de palavras e expressões consagradas em língua portuguesa pelo dialeto de Miami é contribuir para aprofundar o fosso social com novas barreiras lingüísticas, como se não bastassem as já existentes em país tão socialmente desequilibrado como o Brasil. [...]

⁴ A lingüista citada, Vera Lúcia Menezes de Oliveira e Paiva, escreveu ao Paineiro do Leitor da *Folha de São Paulo* mostrando que suas idéias foram modificadas pelo deputado.

[As medidas propostas no PL] Coíbem apenas o abuso, o pedantismo que humilha brasileiros desconhecedores de outra língua senão o português. [...]

Em sua resposta, Faraco (2001b) confirma sua auto-representação de sujeito DEMOCRÁTICO ao propor o reconhecimento do caráter multilíngüe do país e a variedade do português falado aqui, e ao propor o combate aos “preconceitos lingüísticos que afetam nossas relações sociais e que constituem pesado fator de exclusão social”.

Também confirma sua auto-representação de CIENTISTA – propõe o “registro mais adequado” da norma padrão real e das outras variedades do português de forma que possa servir de subsídio para o “acesso escolar (hoje tão precarizado) ao padrão oral escrito”. Assim, este “cientista” não é descomprometido com a cultura nacional, como sugerirá Rebelo (2001b) em artigo na sequência da polêmica. Porém, apesar do caráter *político* do discurso desse lingüista ao propor explicitamente novas políticas lingüísticas para a nação, e de destacar, em sua argumentação, o papel importante do falante na dinâmica do empréstimo, afirmando que ela se realiza de forma adequada às suas necessidades, ele não se abstém de utilizar argumentos que digam respeito à *estrutura da língua*:

Uma observação cuidadosa e honesta dos fatos nos mostra que, proporcionalmente ao tamanho do nosso léxico (composto por cerca de 500 mil palavras), esses estrangeirismos não passam de uma insignificante gota d'água (algumas poucas dezenas) num imenso oceano. [...]

Essas afirmações, embora retumbantes, são, todas elas, rigorosamente falsas, conforme demonstrou, em bela argumentação (sim, porque o bom debate democrático pede afirmações sustentadas e bem informadas, e não apenas asseverações categóricas), o professor José Luiz Fiorin, da USP, em texto publicado pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil em seu “Boletim 4”: não há nenhum indício de que o léxico do português esteja minimamente afetado por esses estrangeirismos; muito menos estão afetadas a fonologia, a morfologia e a sintaxe da língua.

O que ocorre é o contrário: qualquer palavra que vem de fora, incorporada definitivamente ou não, é, de imediato, submetida às regras do português; e isso não depende de nenhuma especial sabedoria: é a regra do jogo em qualquer língua. O que pode demorar é a sua adaptação gráfica, ou porque essa adaptação acaba por não se justificar (vide a palavra “show”), ou porque é desnecessário entupir o formulário ortográfico com palavras cedo abandonadas.

É dessa maneira que desqualifica como “rigorosamente falsos” alguns dos argumentos constantes no projeto, reafirmando a auto-representação de CIENTISTA e chamando aqueles que estão com o deputado de “arautos do apocalipse” por fazerem “(...) crer que estamos a assistir a uma verdadeira descaracterização da língua portuguesa; que o português está hoje seriamente ameaçado; que a nossa língua passa por uma transformação sem precedentes históricos”.

Na sequência da polêmica, Rebelo (2001b), de forma irônica, refere-se aos lingüistas como “ilustres professores” e os chama de INTELECTUAIS COLONIZADOS. Faraco é ressignificado da seguinte forma: de cientista preocupado com a realidade lingüística e social do país (veja-se a auto-representação de DEMOCRÁTICO que Faraco faz de si), passa a um sujeito descomprometido com a cultura nacional (segundo simulacro produzido pelo político “nacionalista”). Minha hipótese é que este simulacro se produz devido não só à posição sócio-ideológica do político em questão – que se assume nacionalista e um político dito de “esquerda” (seu partido é o PCdoB) –, mas também tem sua base na semântica do CIENTIFICISMO, que acredito ser reforçada quando o lingüista usa o discurso da estrutura da língua. Veja-se que esse CIENTIFICISMO já aparecia no primeiro artigo do debate, em que o cientista coloca a lingüística como ciência “objetiva” contra os mitos e preconceitos (baseados, respectivamente, em afirmações falsas e em juízos de valor) produzidos pelos compêndios gramaticais e pelo senso comum.

A lingüística desenvolveu-se, no país, nos anos 60 do século XX. Na sua constituição como disciplina, centrava-se na oposição ao normativismo presente nas reflexões sobre língua feitas por gramáticos e filólogos, as quais pautavam-se por um caráter prescritivo e, portanto, pelos juízos do certo/errado. Geraldi (1996) defende que os enunciados da “nova disciplina” no país seguem a uma nova ordem discursiva, qual seja: a prioridade da descrição lingüística, em oposição aos juízos citados, e a posição de que “o informante adequado para dizer a língua é o falante” (portanto, a lingüística no Brasil se constitui a partir da valorização da fala).

Parece-me que isso aponta indícios para explicar como o lingüista vem sendo representado na sociedade brasileira: um sujeito que se distancia do senso comum e o menospreza; um sujeito “neutro” porque descritivista – representações próximas daquela de um sujeito distante da realidade prática e descompromissado com a cultura nacional. E quando Faraco, no debate, utiliza argumentos que confirmam essa percepção do sujeito lingüista como sujeito “neutro”, “formalista”, “objetivo”, essa representação é reforçada e ocorre na compreensão responsiva do deputado, que acaba fazendo do discurso do lingüista um simulacro (simulacro porque, como vimos, o discurso de Faraco é político e não prioriza o discurso da estrutura da língua). O que ocorre, portanto, é uma *generalização* a partir de fragmentos do discurso de Faraco.

Acrescente-se a isso o contexto ideológico em que se insere o debate em questão, em que parte da sociedade brasileira se vê ameaçada pelo desemprego estrutural e pela insegurança generalizada, ambos advindos do desenvolvimento do neoliberalismo no país a partir da década de 1990 e, conseqüentemente, do desenvolvimento do processo da globalização econômica e cultural. É dessa forma que o discurso de reação à imposição do inglês norte-americano é bem-vindo para parte da população brasileira – visto os EUA serem o inimigo-outro no processo de produção identitária do sujeito nacional nesse contexto ideológico. É desse lugar de valorização da cultura nacional que emerge a contrapalavra da reação ao discurso “objetivo” do sujeito-lingüista que fala da estrutura da língua e não do sentimento dos falantes. O discurso de Rebelo vem desse lugar – mesmo que essa valorização possa ser compreendida como demagógica, ou como propõe Faraco no último artigo da polêmica (2001c), própria de um “nacionalismo requeitado”. Para o autor, Rebelo busca nos estrangeirismos “o dragão da maldade”, como se eles fossem o problema do país.

É assim que ocorre, no último artigo de Rebelo (2001c), uma representação do lingüista como quem não deseja a melhoria do ensino no país, reforçando a identidade de sujeito não-comprometido com a cultura nacional:

O último censo escolar realizado pelo governo brasileiro revelou uma tragédia: 40% dos alunos da primeira série do ensino fundamental repetem de ano. E um escândalo: em oito Estados a primeira série tem mais alunos reprovados que aprovados. Em outra pesquisa, também oficial, piorou o desempenho dos alunos em língua portuguesa entre 1997 e 1999. O inquérito da Unesco e do governo brasileiro recentemente concluído nos deixou como campeões em repetência entre 45 países pesquisados. Ainda assim há quem julgue uma boa causa entrar em pé de guerra contra um projeto para melhorar o ensino e a aprendizagem da língua portuguesa no Brasil.

4. Considerações finais

A constituição da disciplina Lingüística como ciência “neutra” no cenário científico nacional permitiu a ela ascensão e poder no social, pois lhe deu poder para dizer a língua no país, pelo menos no âmbito do ensino de língua materna (MENDONÇA, 2006). Entretanto, a ordem do discurso – tal como a concebeu Foucault (2001) – tem tirado dos lingüistas espaço de atuação no social, já que tem o poder de regular a compreensão que o senso comum faz dos discursos desses sujeitos. A pequena análise feita neste artigo visa apontar indícios de como se dá esse processo de compreensão.

Vê-se o lingüista em um impasse: continuar investindo no discurso da “objetividade” e buscar espaço no social por essa via – visto que, como foi dito, já se obteve êxito no espaço institucional escolar –; ou buscar alterar a identidade da disciplina de forma a refundá-la segundo a ordem de outros enunciados.

5. Referências bibliográficas

BAKHTIN/VOLOCHINOV. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Tradução de Michel Lahud e Yara F. Vieira. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1988.

BAKHTIN, M. *Estética da criação verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FARACO, Carlos A. (org.) *Estrangeirismos: guerras em torno da língua*. 2. Ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

_____. Guerras em Torno da Língua. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 15 abr. 2001a. Caderno Mais!, p. 30-31.

_____. O maiúsculo e o minúsculo. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001b. Caderno Mais!, p. 23.

_____. Nacionalismo requentado. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 01 jul. 2001c. Caderno Mais!, p. 18.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura Fraga de A. Sampaio. 7. ed. São Paulo, Loyola, 2001.

GARCEZ, Pedro M. Os lingüistas que não ficam na mão: observando mais de perto os esforços de voz frente à proposta de legislação antiestrangeirismos no Congresso Nacional do Brasil. In: LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

GERALDI, João Wanderley. *Portos de passagem*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. Descrição da língua e ensino da língua. *ABRALIN – Boletim da Associação Brasileira de Lingüística*. V. 9, dez.1996: 9-13.

_____. Depois do “show”, como encontrar encantamento? *Caderno de Estudos Lingüísticos*, Campinas, (44):251-261, Jan./Jun. 2003.

LACOSTE, Yves, RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A geopolítica do inglês*. São Paulo: Parábola, 2005.

LOPES DA SILVA, F., RAJAGOPALAN, K. (orgs.) *A lingüística que nos faz falhar: investigação crítica*. São Paulo: Parábola, 2004.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos*. Trad. de Sírio Possenti. Curitiba: Criar, 2005.

MENDONÇA, Marina Célia. *A luta pelo direito de dizer a língua: a lingüística e o purismo lingüístico na passagem do século XX para o século XXI*. Tese de doutorado defendida no Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP (Universidade Estadual de Campinas – SP), sob orientação do Prof. Dr. João Wanderley Geraldi. Fev./2006.

RAJAGOPALAN, K. *Por uma lingüística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

REBELO, Aldo. A Intriga das Línguas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 13 maio 2001a. Mais!, p. 22-23.

_____. A neolíngua neoliberal. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 3 jun. 2001b. Mais!, p. 19.

_____. Sobre guerras e línguas. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 1 jul 2001c. Mais!, p. 18.